



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

EDITAL DE LEILÃO Nº 04/2024

MUNICÍPIO DE PORTÃO/RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO/SEMAG

TIPO DE JULGAMENTO: Maior lance

O MUNICÍPIO DE PORTÃO/RS, através do Prefeito Municipal, Sr. DELMAR HOFF, torna público o edital de licitação, na modalidade Leilão, na forma Presencial, para seleção de proposta financeira mais vantajosa, destinada a Concessão Onerosa de Uso de espaço público, visando a instalação de parque de diversões, durante a realização do 4º Natal da Gente, tudo em conformidade com as especificações contidas no **Termo de Referência - Anexo I** do presente edital.

O presente certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

O edital estará disponível gratuitamente na página do Município, através do endereço eletrônico www.portao.rs.gov.br.

A Sessão pública, presencial, será realizada nas dependências da Prefeitura Municipal, na Rua 9 de Outubro, 229, centro, **no dia 29 de Novembro de 2024, às 9 horas**, horário de Brasília/DF.

A coordenação deste Leilão estará a cargo de Leiloeiro, designados pela Portaria nº 1.037/2024.

O Município de Portão/RS, mediante parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, justifica a escolha da modalidade Leilão, em sua forma Presencial, para o objeto licitado. Entre as vantagens para a realização de Leilão na forma Presencial, está a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a Sessão Pública e a facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta, sendo mais célere a contratação. A opção pela modalidade Presencial, prerrogativa de escolha da Administração, não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior oferta de lances, tendo em vista a interação do Leiloeiro com os licitantes. Tal modalidade é a mais adequada em vista que os possíveis concorrentes tem como característica uma rotina itinerante, onde a maioria não possui cadastros ou conhecimentos de utilização da modalidade eletrônica.

1 - DO OBJETO, LOCAL, DATA e CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

1.1 - Do Objeto:

1.1.1 - Constitui objeto da presente licitação, a seleção de proposta financeira mais vantajosa, destinada a Concessão Onerosa de Uso de espaço público, visando a instalação de parque de diversões, durante a realização do 4º Natal da Gente, sem ônus para o Município, composto no mínimo dos seguintes equipamentos:

- Auto choque;
- Twister;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

- Space loop;
- Barco viking;
- Dinossauro;
- Minimoto;
- Kamicase;
- Carrosel;
- Cama elástica;
- Roda gigante;
- Samba;
- Mini volvo;
- Pescaria;
- Tiro ao alvo; e
- Roleta.

Observação: Os brinquedos deverão trazer na entrada, placas indicativas de idade e altura (mínima e máxima) permitidas para o seu uso e as demais orientações ao público.

1.1.2 - A proponente ou Concessionária responsabiliza-se pela disponibilização de equipe de assistência técnica para manutenção dos equipamentos durante a vigência do instrumento contratual.

1.1.3 - A proponente ou Concessionária vencedora do presente certame, para o regular funcionamento do parque de diversões, deverá apresentar os seguintes documentos:

- Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico assinado pelo engenheiro de segurança do trabalho credenciado na entidade profissional competente;
- Alvará de funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros;
- Laudo emitido por engenheiro mecânico e elétrico, credenciado na entidade profissional competente, atestando as condições das instalações elétricas e mecânicas dos equipamentos e autorização de operação do parque emitido por órgãos oficiais;
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros/AVCB, assumindo qualquer despesa necessária prevista ou não neste instrumento.

1.1.4 - A proponente ou Concessionária observará, durante toda a execução dos serviços, o disposto no **Termo de Referência - Anexo I** do presente edital.

1.2 - Do local de instalação:

1.2.1 - O local de instalação do parque de diversões, objeto do presente edital, será ao lado do Ginásio Municipal de Esportes Carla Izabel Ruthner Teixeira, na Rua Ivoti, centro do Município.

1.3 - Da data de instalação e funcionamento:

1.3.1 - A instalação e funcionamento do parque de diversões, objeto do presente edital, se dará, a partir do dia 28 de novembro de 2024 até o dia 22 de dezembro de 2024, durante os festejos do 4º Natal da Gente que ocorrerá entre os dias 30 de novembro à 22 de dezembro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

1.4 - Das Condições de Participação:

1.4.1 - Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

1.4.1.1 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.4.1.1.1 - O impedimento de que trata o subitem 1.4.1.1, supra, será também aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da proponente;

1.4.1.2 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.4.1.3 - Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, ou da qual o autor do Termo de Referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

1.4.1.4 - Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

1.4.1.5 - As sociedades empresárias:

1.4.1.5.1 - estrangeiras que não funcionem no país;

1.4.1.5.2 - que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

1.4.1.5.3 - que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

1.4.1.5.4 - que estejam suspensas para licitar, cuja suspensão tenha sido imposta pelo realizador do presente certame;

1.4.1.5.5 - controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;

1.4.1.5.6 - incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS da Controladoria Geral da União/CGU e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP (Portal Transparência);

1.4.1.5.7 - incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça/CNJ;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

1.4.1.5.8 - que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.4.1.5.9 - cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar (cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive) de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Município de Portão/RS em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: contrato de serviço terceirizado; contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; ou convênios e os instrumentos equivalentes;

1.4.2 - O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação da proponente;

Parágrafo Primeiro - Será realizada pesquisa junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS/CGU, no Portal do Conselho Nacional de Justiça/CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência www.portaltransparencia.gov.br/cnep, para aferição de eventuais registros impeditivos na participação de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

Parágrafo Segundo - Durante a vigência do contrato é vedado ao proponente ou contratado, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2 - DO CREDENCIAMENTO DAS LICITANTES:

2.1 - A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Leiloeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

2.1.1 - A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

2.2 - A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 2.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

2.3 - O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemblado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

2.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

Parágrafo Primeiro: A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar, fora dos envelopes, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

Parágrafo Segundo: As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, disciplinados neste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei nº 11.488/2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

3 - DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA FINANCEIRA DAS LICITANTES:

3.1 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas financeiras serão recebidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

pelo Leiloeiro, no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, em envelopes distintos, fechados e identificados respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE PORTÃO/RS
EDITAL DE LEILÃO Nº 04/2024
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA FINANCEIRA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE PORTÃO/RS
EDITAL DE LEILÃO Nº 04/2024
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

3.2 - Para efeitos de participação no certame, as empresas interessadas deverão apresentar no **ENVELOPE Nº 01 (Proposta Financeira)**, as seguintes informações:

1 - Valor ofertado para a Concessão, objeto do presente instrumento, cujo o valor mínimo é de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**;

2 - Forma e prazo de pagamento do valor da Concessão, objeto do presente instrumento;

3 - Prazo de validade mínima da proposta financeira, conforme edital;

3.3 - A proposta financeira poderá ser apresentada nos moldes sugeridos pelo Município, constante do **Anexo II** deste edital;

3.4 - A proposta financeira terá o prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de abertura da Sessão Pública de Leilão, estabelecida no preâmbulo desse edital,

3.5 - A proposta financeira apresentada deverá estar assinada pelo representante legal da licitante.

3.6 - A proposta financeira será apresentada em linguagem clara e explícita, em uma via, assinada pelo representante legalmente constituído, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, sendo admitidos valores expressos em REAIS (somente duas casas após a vírgula);

3.7 - As propostas serão admitidas como baseada no conhecimento de todas as condições locais que possam influenciar no custo e no prazo de execução dos serviços, não sendo acolhida qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, incorreções, omissões ou falhas nas informações do edital.

3.8 - Para efeitos de participação no certame, as licitantes deverão apresentar no **ENVELOPE Nº 02 (Documentos de habilitação)**, os seguintes documentos:

3.8.1 - Ato Constitutivo:

1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

2 - Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5 - Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

6 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

7 - Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de Procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante;

3.8.2 - Prova de inscrição da proponente no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/CNPJ;

3.8.3 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor;

3.8.4 - Certidões comprovando a regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, em vigor;

3.8.5 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da Sessão Pública deste Leilão;

3.8.6 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.8.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme Lei nº 12.440/11, em vigor;

3.8.8 - Certidão ou atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que a licitante tenha executado serviços similares ao objeto, ora licitado;

3.8.9 - Outros documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

1 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos;

2 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

3 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas, disposto no inciso IV, do artigo 63 da Lei nº 14.133/21;

5 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (se for o caso);

Parágrafo Primeiro: A apresentação dos documentos constantes no subitem 3.8.1 para efeitos de credenciamento da licitante, supre a necessidade destes no envelope contendo os documentos de habilitação.

Parágrafo Segundo: Os documentos constantes do subitem 3.8.2, 3.8.3, 3.8.4 e 3.8.5, a critério da proponente poderão ser substituídos pelo Registro Cadastral, atualizado, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores/SICAF;

Parágrafo Terceiro: A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

Parágrafo Quarto: Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas proponentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Parágrafo Quinto: Na análise dos documentos de habilitação, o Leiloeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

Parágrafo Sexto: A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a proponente às sanções previstas em Lei e neste edital;

Parágrafo Sétimo: Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo Leiloeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 24 horas ou outro por ele fixado.

4 - DA SESSÃO PÚBLICA:

4.1 - No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Leiloeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA FINANCEIRA e nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.2 - Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3 - As licitantes ou seus Procuradores apresentar-se-ão para o Credenciamento, portando documento de identificação pessoal.

4.3.1 - Será admitida apenas uma pessoa habilitada por licitante presente para participar dos atos da Sessão Pública.

5 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1 - Procedida a fase de Credenciamento, o Leiloeiro passará a abertura dos envelopes de nº 01 (Proposta Financeira), para conferência do conteúdo e posterior rubrica, sendo dada a oportunidade de vistas aos participantes da Sessão Pública.

5.2 - O Leiloeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.3 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem abaixo do valor mínimo previsto para a contratação que é de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

5.4 - A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

5.5 - Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

5.6 - As propostas classificadas serão ordenadas pelo Leiloeiro, que dará início a fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão ofertar lances exclusivamente por meio presencial.

5.7 - Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

5.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e terão acesso, em tempo real, do valor do maior lance ofertado, observadas as seguintes regras:

5.8.1 - O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

5.8.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido primeiro;

5.8.3 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 100,00 (cem reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.4 - Serão considerados intermediários os lances iguais ou inferiores ao maior já ofertado;

5.8.5 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.9 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

5.10 - Na sequência, o Leiloeiro passará a abertura do envelope nº 02 (Documentos de Habilitação) pertencente à detentora da melhor oferta, para conferência do conteúdo e posterior rubrica, sendo dada a oportunidade de vistas aos participantes da Sessão Pública.

5.11 - Conferidos os documentos de habilitação, estes serão julgados, objetivamente, pelo Leiloeiro.

5.11.1 - Caso o Leiloeiro julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos de habilitação;

5.11.2 - Durante este período, os envelopes de nº 02 (Documentos de Habilitação) remanescentes serão acondicionados em envelope único, lacrado, e rubricado pelos representantes Credenciados;

5.12 - Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório;

5.13 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inferiores ao estabelecido para a contratação;
- d) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

Parágrafo Primeiro - A rubrica aposta nos documentos da fase de habilitação não implicará reconhecimento de validade e regularidade de seu conteúdo, mas apenas de sua existência física.

Parágrafo Segundo - Os envelopes que não forem abertos serão partes integrantes do processo licitatório, não sendo devolvidos às licitantes.

6 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

6.1 - Esta licitação terá seu julgamento realizado pelo Leiloeiro levando em consideração o **maior lance ofertado**.

6.2 - O certame será processado e julgado com observância do previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

7.1 - Para efeitos de desempate entre as licitantes, caso houver, será obedecido o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8 - DOS RECURSOS:

8.1 - Definida a fase de habilitação, o Leiloeiro proporcionará aos licitantes a oportunidade de manifestação quanto a intenção de recursos pelos atos praticados na Sessão Pública, observado o disposto no Art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 - Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de proponente;
- d) anulação ou revogação da licitação.

8.3 - O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;

8.4 - Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 8.1 do presente edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

8.6 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento;

8.7 - O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

9.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital por irregularidade, protocolizando o pedido até o 3º dia útil antes da data fixada para a realização da Sessão Pública, no Protocolo desta Prefeitura, situado a Rua 9 de Outubro, 229, centro, cabendo ao Leiloeiro decidir sobre a petição, divulgando-a em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no edital até o 3º dia útil antes da data fixada para a realização do Leilão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.3 - A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.4 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

10 - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO:

10.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11 - DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

11.1 - O proponente vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

11.1.1 - Para fins de assinatura do termo supracitado o proponente deverá comprovar o pagamento do lance ofertado em favor da Prefeitura Municipal de Portão/RS.

11.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

11.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo proponente vencedor;

11.4 - Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficarão os proponentes liberados dos compromissos assumidos;

11.5 - Na hipótese de nenhum dos proponentes aceitar a contratação, nos termos deste edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os proponentes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos proponentes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital.

12 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12.1 - O termo contratual firmado com a proponente ou Concessionária terá vigência de até 3 meses.

13 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1 - O proponente efetuará o pagamento do valor ofertado, em parcela única, em até 4 (quatro) dias úteis após intimação para assinatura do termo de contrato, mediante depósito bancário em conta da Prefeitura de Portão/RS, a ser indicada pela Secretaria Municipal da Cultura, Desporto e Turismo/SECDT.

13.2 - Não recairá sobre o valor líquido, ofertado, a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

13.3 - Ocorrendo atraso no pagamento, o valor será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE positivo do período, ou outro índice que vier a substituí-lo por Lei, e a proponente ou Concessionária compensará o Município com juros de 1 % ao mês, *pro rata*.

14 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

14.1 - A proponente ou Concessionária observará, durante toda a execução dos serviços, o disposto no **Termo de Referência - Anexo I** do presente edital.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

15.1 - A proponente ou a Concessionária será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

15.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 15.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 15.2. do presente edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item;

15.4 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 15.2 do presente edital;

15.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Concessionária à Administração, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

15.6 - A aplicação das sanções previstas no item 15.2. deste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

15.7 - Na aplicação da sanção prevista no item 15.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

15.8 - Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 15.2 do presente edital o proponente ou a Concessionária será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

15.9 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o proponente ou a Concessionária poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

15.10 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

15.11 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.12 - É admitida a reabilitação do proponente ou Concessionária perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

15.3 - A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “i” do item 15.1 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do proponente ou Concessionária, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 - Para assinatura do contrato o arrematante deverá comprovar o pagamento, em parcela única, do lance vencedor, em benefício da Prefeitura Municipal de Portão.

16.2 - A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/21, sobre o valor inicial atualizado do contratado;

16.3 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Leiloeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

16.4 - A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/21;

16.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Portão/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja;

16.6 - Integram este edital, para todos os fins e efeitos, o(s) seguinte(s) anexo(s):

16.7.1 - Anexo I - Termo de Referência;

16.7.2 - Anexo II - Modelo da Proposta Financeira;

16.7.3 - Anexo III – Modelo de Declaração Conjunta

16.7.4 - Anexo IV - Minuta de Contrato.

Portão/RS, 04 de Novembro de 2024.

DELMAR HOFF
Prefeito Municipal

Este edital foi analisado pela Procuradoria Geral do Município
e encontra-se apto para sua publicação.

Procuradoria Geral Município
Dr. Alexandre Takeo Sato



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

LEILÃO N° 04/2024

ANEXO II

PROPOSTA FINANCEIRA

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/11/2024

HORÁRIO: 9 horas

Licitante:	
Endereço:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Telefone:	
e-mail:	

Declaramo-nos de pleno acordo com os termos e condições do presente edital e seus anexos, em sua modalidade Leilão, na forma Presencial, de n° 04/2024, referente seleção de proposta financeira mais vantajosa, destinada a Concessão Onerosa de Uso de espaço público para a inalação de parque de diversõesaça Armando Albino Mattes, centro, durante a realização do 4° Natal da Gente de 30 de novembro à 22 de dezembro de 2024, sem ônus para o Município, com exclusividade, em atendimento à nova Lei de Licitações, de n° 14.133/21.

Abaixo nossa proposta financeira:

Item	Qtd	Un	Descrição	R\$ Proposto /
01	01	sv	Valor proposto para a Concessão Onerosa de Uso de espaço público, visando a instalação de parque de diversões, durante a realização do 4° Natal da Gente, sem ônus para o Município, conforme edital.	R\$.....

Validade da Proposta: Conforme edital.

Prazo e forma de pagamento: Conforme edital.

Prazo e forma de execução: Conforme edital.

..(Município)... .. de de 2024.

Denominação social ou carimbo da proponente
com assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

LEILÃO Nº 04/2024

ANEXO III

MODELO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
LEILÃO PRESENCIAL 04/2024

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Prezados Senhores,

Nós abaixo-assinados, em conformidade com o edital do Leilão nº 04/2024, declaramos junto ao Leiloeiro do Município de Portão que:

cumprimos os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei nº 123/06, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos;

cumprimos os requisitos para a habilitação definidos no edital;

nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV, do artigo 63 da Lei nº 14.133/21;

não nos enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21.

...(Município), ... de de 2024.

Denominação social ou carimbo da Licitante
com assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

LEILÃO Nº 04/2024

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO Nº .../2024

CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, VISANDO A INSTALAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES, DURANTE A REALIZAÇÃO DO 4º NATAL DA GENTE, ENTRE OS DIAS 30 DE NOVEMBRO À 22 DE DEZEMBRO DE 2024, SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE PORTÃO/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede Nesta Cidade, na Rua 9 de Outubro, 229, centro, inscrita no CNPJ sob nº 87.344.016/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. DELMAR HOFF, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado Nesta Cidade, na Rua Porto Alegre, 333, apto. 302, centro, inscrito no CPF sob nº 268.860.810- 04 e CI nº 9010633817, expedida pela SJS/RS.

CONCESSIONÁRIO:

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIO**, ajustam a prestação de serviço especificados neste documento, nas condições do edital e seus anexos, constante do processo licitatório sob a modalidade Leilão, na forma Presencial, de nº 04/2024, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1 - OBJETO:

1.1.1 - Constitui objeto do presente Contrato, a Concessão Onerosa de Uso de espaço público, do **CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, visando a instalação de parque de diversões, durante a realização do 4º Natal da Gente, sem ônus para o Município, composto no mínimo dos seguintes equipamentos:

- Auto choque;
- Twister;
- Space loop;
- Barco viking;
- Dinossauro;
- Minimoto;
- Kamikaze;
- Carrossel;
- Cama elástica;
- Roda gigante;
- Samba;
- Mini volvo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

- Pescaria;
- Tiro ao alvo; e
- Roleta.

Observação: Os brinquedos deverão trazer na entrada, placas indicativas de idade e altura (mínima e máxima) permitidas para o seu uso e as demais orientações ao público.

1.1.2 - A CONCESSIONÁRIA responsabiliza-se pela disponibilização de equipe de assistência técnica para manutenção dos equipamentos durante a vigência do instrumento contratual.

1.1.3 - A CONCESSIONÁRIA, para o regular funcionamento do parque de diversões, deverá apresentar os seguintes documentos:

- Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico assinado pelo engenheiro de segurança do trabalho credenciado na entidade profissional competente;
- Alvará de funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros;
- Laudo emitido por engenheiro mecânico e elétrico, credenciado na entidade profissional competente, atestando as condições das instalações elétricas e mecânicas dos equipamentos e autorização de operação do parque emitido por órgãos oficiais;
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros/AVCB, assumindo qualquer despesa necessária prevista ou não neste instrumento.

1.1.4 - A CONCESSIONÁRIA observará, durante toda a execução dos serviços, o disposto no **Termo de Referência - Anexo I** do presente edital.

2 - DA DATA e LOCAL DE INSTALAÇÃO:

2.1 - Da data de instalação e funcionamento:

2.1.1 - A instalação e funcionamento do parque de diversões, objeto do presente instrumento, se dará, a partir do dia 28 de novembro de 2024 até o dia 22 de dezembro de 2024, durante os festejos do 4º Natal da Gente que ocorrerá entre os dias 30 de novembro de 2024 à 22 de dezembro de 2024.

2.1.2 - Mediante solicitação da Concessionária, o prazo de instalação poderá ser antecipado desde que acordado por termo aditivo.

2.2 - Do local de instalação:

2.2.1 - O local de instalação do parque de diversões, objeto da presente Concessão, será ao lado do Ginásio Municipal de Esportes Carla Izabel Ruthner Teixeira, na Rua Ivoti, centro do Município.

3 - DO VALOR:

3.1 - Pela Concessão Onerosa de Uso de espaço público, ora contratada, o CONCEDENTE perceberá do CONCESSIONÁRIO o valor global de R\$...... (.....), valor este entendido pelas partes como



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

justo e suficiente para sua total execução.

3.2 - O valor acima é líquido, não cabendo a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

4 - DO PAGAMENTO:

4.1 - A CONCESSIONÁRIA, para fins de efetivação do presente termo contratual, deverá apresentar comprovação do pagamento, em parcela única, do valor supracitado no itm 3.1.

4.2 - Ocorrendo atraso no pagamento, o valor será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE positivo do período, ou outro índice que vier a substituí-lo por Lei, e o CONCESSIONÁRIO compensará o CONCEDENTE com juros de 1 % ao mês, *pro rata*.

4.3 - Para execução do objeto, ora contratado, não haverá despesa para o CONCEDENTE, não havendo, portanto, programação de pagamento em Dotação Orçamentária

5 - DO REAJUSTE:

5 - O valor pactuado pelas partes não será reajustado.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

6.1 - O CONCEDENTE observará, durante a prestação dos serviços, o disposto no Termo de Referência constante do instrumento editalício.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO:

7.1 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pelo CONCEDENTE, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços.

7.3 - Efetuar o pagamento de impostos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionados com atividade explorada.

7.4 - Ademais, o CONCESSIONÁRIO observará, durante a prestação dos serviços, o disposto no Termo de Referência constante do instrumento editalício.

8 - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

8.1 - Constituirão motivos para extinção do presente contrato aqueles previstos no Art. 137 da Lei nº 14.133/21.

8.2 - A extinção do presente contrato poderá se dar mediante previsão constante do Art. 138 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Único: Ademais, será observado o disposto no Art.139 da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

9 - DAS SANÇÕES:

9.1 - O CONCESSIONÁRIO será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

9.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 9.1 deste instrumento as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 9.2. do presente instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item;

9.4 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 9.2 do presente instrumento;

9.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONCESSIONÁRIA à Administração, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.6 - A aplicação das sanções previstas no item 9.2. deste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

9.7 - Na aplicação da sanção prevista no item 9.2, alínea “b”, do presente instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

9.8 - Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 9.2 do presente instrumento o proponente ou a CONCESSIONÁRIA será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

9.9 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

9.10 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

9.11 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

9.12 - É admitida a reabilitação da CONCESSIONÁRIA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

9.13 - A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 9.1 do presente instrumento exigirá, como condição de reabilitação da CONCESSIONÁRIA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/21.

10.2 - A CONCESSIONÁRIA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

11 - FISCALIZAÇÃO e GESTÃO CONTRATUAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

11.1 - A gestão do presente instrumento será acompanhada e fiscalizada por responsável nomeado pelo CONCEDENTE, através de Portaria.

11.2 - A execução do presente instrumento será acompanhada e fiscalizada por responsável nomeado pelo CONCEDENTE, através de Portaria.

11.3 - Dentre as responsabilidades do fiscal está à necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

12 - DECLARAÇÃO:

12.1 - O CONCESSIONÁRIO declara, por esta e na melhor forma de direito, estar devidamente habilitada para fornecer o objeto constante do presente instrumento, assumindo, em consequência, todos os riscos e obrigações dele decorrente.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 - Incumbirá ao CONCEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas/PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/11, combinado com Art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/12.

13.2 - Os casos omissos serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14 - DO FORO:

14.1 - As partes elegem o foro do CONCEDENTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E por estarem assim justos e contratados, rubricam e assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma devidamente homologados pelas partes e na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Portão/RS, .. de 2024.

DELMAR HOFF
Prefeito Municipal

CONCESSIONÁRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Aprovado para formalização.

Procuradoria Geral do Município
Dr. Alexandre Takeo Sato